

Pane elétrica 2¹

Edvaldo Santana²

Semana passada, quando da decolagem no aeroporto Benito Juárez, na Cidade do México, uma pane no avião da Presidência da República provocou tensão entre os passageiros. Segundo relatos, o presidente Lula, assustado, dirigiu-se ao cockpit. Foi informado que o voo seria interrompido. Retornar ao aeroporto seria essencial, mas antes era necessário aliviar o peso da aeronave, o que exigia cinco horas de sobrevoo.

Como ficar cinco horas a bordo de um avião em pane? Alguém sugeriu que o avião seguisse para o Panamá, onde passariam a noite. O piloto era irredutível. Naquela situação, o presidente, apesar de ser seu comandante em chefe, era apenas um “agente”. Ele, oficial da FAB, era o “principal”. Este é um dos fundamentos da teoria do agente-principal, base da teoria da agência.

Foi servido um jantar, com os devidos acompanhamentos, e as coisas voltaram para os eixos, ou melhor, para uma das aerovias.

O setor elétrico brasileiro (SEB) também está em pane. Várias panes. Uma delas é no “cockpit”, que tem deixado os investidores com a pressão lá em cima. O episódio da troca do controle da Amazonas Energia (AME) é um exemplo do “barraco” no topo da estrutura de governança.

Aliás, no caso em questão, não se sabe quem é o “principal”: se é o Ministério de Minas e Energia (MME), a Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) ou a juíza do Amazonas, em decisão monocrática. E, de tocaia, ainda há o Congresso Nacional, um agregador de custos.

Mesmo sem harmonia, era notável o empenho dos diretores da Aneel, sobretudo na reunião do dia 1º de outubro, para achar uma solução para a troca de controle ordenada pela magistrada. Mas não é trivial tratar de tema tão sensível com o oficial de Justiça atrás da porta.

Se perdiam em excessos, como a discussão do significado de “ratificar a decisão anterior”. Como a votação anterior tinha acabado em empate, não teria o que ratificar. Mas tinha. O empate, que parece uma não decisão, resultou em não acatar a ordem da juíza e em não transferir o controle da AME para a Âmbra. E a proposta da Âmbra tem um mérito: é menos obscura que a eventual intervenção, que deixaria a concessão mais ainda nas mãos dos interesses políticos.

A história conta por que a AME é a pior distribuidora do SEB. Ela já foi estatal estadual e, devido a ineficiências de toda ordem, entrou na lista de privatização, sendo depois federalizada, numa anomalia rotineira. Sob controle da Eletrobras a empresa teve seu mais longo declínio.

¹ Artigo publicado em Valor Econômico. Disponível em:

<https://valor.globo.com/opiniao/coluna/pane-eletrica-2.ghtml> Acessado em 08.10.2024

² Doutor em Engenharia de Produção e ex-diretor da Aneel.

Em razão de suas posições anteriores, como figuras importantes no MME, em federalizadas e até na própria Aneel, pelo menos dois dos atuais reguladores conhecem bem como isso aconteceu. E se era deplorável o serviço prestado pela AME até 2018, a entrada do novo controlador deixou a concessão como estava ou mais degradada.

Não há solução para a AME sem ajuda financeira. Disso não tenho dúvida. O problema é que, entre 2022 e 2023, quando seu atual controlador percebeu que não daria conta do recado, pelo menos um grande banco e fundos de investimentos o procuraram e, no mínimo, também à Aneel. Mas todos diziam que, sem dinheiro novo e mantidas as metas atuais, o negócio não ficava de pé.

A Medida Provisória (MP) 1.232 deixou a AME com alguma condição de tornar-se viável. Mas, se há um caminho para a distribuidora, e ele decorre do meu e do seu dinheiro, por que não licitar a concessão? Vence quem puser mais dinheiro do próprio bolso e mostrar mais capacidade técnica.

Se há um caminho para a Amazonas Energia, e ele decorre do meu e do seu dinheiro, por que não licitar a concessão?

Entendo que o caso requer urgência, o que torna pouco atrativo o (lento) processo de leilão. E é muito provável que, diante dos sucessivos “barracos” e do envolvimento do Judiciário, que meteu o aríete na porta do “cockpit”, ninguém, a não ser a Âmba, terá disposição para investir na AME. O risco regulatório é gigantesco.

Mas o caso também exige precauções. O controlador atual, que quase não tinha experiência em distribuição, buscou no mercado profissionais que cobrissem essa lacuna. Alguns foram do MME. Conheciam as federalizadas e cuidavam delas, que só pioravam. Como diriam os portugueses, se não deram certo lá, não dariam cá. Mas o mercado é a melhor porta para a busca da expertise.

Há outro problema bem mais grave. A Âmba, potencial controladora da AME, adquiriu as térmicas da Eletrobras. Lembra disso? Um dos grandes problemas da AME, que faz dela a pior distribuidora do SEB, é o furto ou uso da eletricidade sem pagar. Em 2023, as perdas por furto superaram 64%.

Na raiz disso está o ciclo de ineficiências formado pelo maior uso de combustíveis fósseis, que implica mais ICMS, que aumenta a conta de luz, que eleva o furto, que aumenta o uso dos combustíveis, que implica mais ICMS. Este ciclo danoso segue intacto, com ou sem a MP 1.232.

É preciso rompê-lo. Como a mesma organização, a Âmba, que será dona das geradoras (Gs) e da distribuidora (D), terá incentivo para reduzir as perdas, se quanto maior o consumo, inclusive por furto, maior a receita das termelétricas? Isso não deu certo em nenhum lugar do mundo, por isso, lá fora, é pré-requisito a desverticalização das atividades de G e D.

Enquanto o “cockpit” do SEB pegava fogo, tive acesso a um edital da AME, notícia também no G1. “No dia 24 de setembro, no período das 13h às 17h, ocorrerá interrupção no fornecimento em parte da cidade de Benjamim Constant (...), em atendimento ao pedido das usinas, dada a dificuldade de acesso da balsa de combustível”. O clássico apagão.

Independentemente da decisão da diretoria da Aneel, logo voltaremos a falar da (não) recuperação da AME. A pane é previsível, e não vem só pelo rio Negro, que agoniza. Mantida a principal fonte de ineficiência, nada garante que as perdas por furto de energia cairão 10 pontos percentuais em 10 anos. E segue bem viva a desarmonia no topo da governança, que impede soluções racionais.